



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

PARECER nº 0119/2016/PMNR-CCI

Processo: Pregão Presencial nº 037/2015

Objeto: Adesão a Ata de registro de Preço nas eventuais prestações de serviços para locação de máquinas pesadas e veículos com condutor e operador, para atender as secretarias e fundos da Prefeitura municipal de Novo Repartimento.

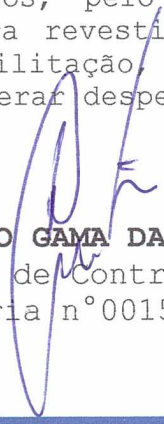
Novo Repartimento, 04 de fevereiro de 2016.

Tratam os autos de procedimento de Adesão, também conhecido como "carona" e está regulado pelo Decreto Federal nº 7892/2013 em seu Art. 22 - tendo como objeto a Adesão a Ata de registro de Preço nas eventuais prestações de serviços para locação de máquinas pesadas e veículos com condutor e operador, para atender as secretarias e fundos da Prefeitura municipal de Novo Repartimento. Conforme Mem nº 061/2016 - SEMAS (Protocolo nº 609/2016), Mem. Nº 147/2016 - SMSS (protocolo nº 611/2016), Ofício nº 091/2016 - SEMED (Protocolo nº 569/2016) contendo demanda das Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, os quais justificam a necessidade dos referidos Serviços. Constam ainda no processo, Parecer Jurídico pela Procuradora Geral do Município Juliana Montandon OAB/PA 18.678-B, seguido de ofício encaminhado às empresas vencedoras do certame: **ENGEPARÁ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS CNPJ 14.111.411/0001-69** e **DSC CONSTRUTORA LTDA CNPJ 14.482.413/0001-64**, informando interesse e aceitação da referida adesão e parecer favorável das empresas vencedoras.

Uma vez que não se encontrou irregularidades quaisquer, o parecer do Controle Interno é **favorável** à homologação da Adesão a Ata de registro de Preço oriundo do Pregão Presencial 037/2015.

Orienta esta coordenadoria de Controle Interno que seja anexada ao processo portaria de nomeação dos fiscais dos contratos e a publicação dos extratos dos contratos em imprensa Oficial.

Com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.


RONALDO GAMA DA SILVA
Coordenador de Controle Interno
Portaria nº 0015/2015